



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
PREGÃO**

Esplanada dos Ministérios dos Ministérios, Bloco "R", Sala 111 – 70044-900 – Brasília-DF  
Tel.: (61) 3311-6151/6086 - Fax: (61) 3311-6066 - e-mail: [pregao@mc.gov.br](mailto:pregao@mc.gov.br)

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET**

**PREGÃO ELETRÔNICO 06/2013-MC**

**PROCESSO N.º 53000.009985/2013-28**

**HABILITAÇÃO COMPLETA (ART. 8º, II, III, IV, V E VI DA IN SLTI/MPOG Nº 2, DE 11.10.10)**

Razão Social: _____			
CNPJ Nº _____			
Endereço: _____			
E-mail: _____			
Cidade: _____	Estado: _____	Telefone: _____	Fax: _____
Pessoa para contato: _____			
Recebemos, através do acesso à página <a href="http://www.mc.gov.br">www.mc.gov.br</a> ou <a href="http://www.comprasnet.gov.br">www.comprasnet.gov.br</a> , nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.			
Local: _____, ____ de _____ de 2013.			
_____ Assinatura			

Senhor (a) Licitante,

Visando comunicação futura entre o Ministério das Comunicações e essa empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra, à Comissão Permanente de Licitação – Pregão, por meio do **fax (61) 3311.6066** ou e-mail: [pregao@mc.gov.br](mailto:pregao@mc.gov.br).

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Brasília/DF,        de        de 2013.

\_\_\_\_\_  
**Pregoeiro**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2013-MC  
PROCESSO Nº 53000.009985/2013-28**

**OBJETO:** Fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool, óleo diesel comum e óleo diesel S50/S10), por demanda, compreendendo a administração e gerenciamento da frota de veículos em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, com vistas ao atendimento da necessidade de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes à frota do Ministério das Comunicações, de acordo com as condições, quantidades e especificações, constantes deste Edital e seus Anexos.

**ÍNDICE:**

<b><u>ITEM</u></b>	<b><u>ASSUNTO</u></b>
1 -	DO ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS
2 -	DO OBJETO
3 -	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4 -	DO CREDENCIAMENTO
5 -	DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
6 -	DO ENVIO DA PROPOSTA
7 -	DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8 -	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
9 -	DA HABILITAÇÃO
10 -	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
11 -	DOS RECURSOS
12 -	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13 -	DO CONTRATO
14 -	DA VIGÊNCIA
15 -	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA
16 -	DO CONTROLE E DA SEGURANÇA DO SISTEMA
17 -	DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
18 -	DO PAGAMENTO
19 -	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
20 -	DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
21 -	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
22 -	DO FORO



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**  
**PREGÃO**

Esplanada dos Ministérios dos Ministérios, Bloco "R", Sala 111 – 70044-900 – Brasília-DF  
Tel.: (61) 3311-6151/6086 - Fax: (61) 3311-6066 - e-mail: pregao@mc.gov.br

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

**N.º 06/2013-MC**

**PROCESSO Nº:** 53000.009985/2013-28  
**Tipo de Licitação:** MENOR PREÇO GLOBAL VIA DESCONTO  
**Data:** 18/06/2013  
**Horário:** 10:00 horas (horário de Brasília)  
**Local:** www.comprasnet.gov.br

O Ministério das Comunicações, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 281, de 12 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2011, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL VIA DESCONTO**, que será regido pela Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, pelo Decreto n.º 6.204, de 05 de setembro de 2007, pelo Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, e demais normas correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, de acordo com o que consta do Processo n.º **53000.009985/2013-28**.

Fazem parte integrante do Edital os seguintes anexos:

<b>ANEXO I</b>	<b>– Termo de Referência;</b>
<b>ANEXO II</b>	<b>– Planilha de Orçamento;</b>
<b>ANEXO III</b>	<b>– Modelo de Planilha para Composição dos Preços;</b>
<b>ANEXO IV</b>	<b>– Minuta de Contrato.</b>

**1 DO ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 1.1 O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), até às **10:00** horas do dia **18/06/2013**, hora e data para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- 1.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**2 DO OBJETO**

- 2.1 O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool, óleo diesel comum, S10 e S50), por demanda, compreendendo a administração e gerenciamento da frota de veículos em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, com vistas ao atendimento da necessidade de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes à frota do Ministério das Comunicações, de acordo

com as condições, quantidades e especificações, constantes deste Edital e seus Anexos.

### **3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 3.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2013, no valor estimado de R\$ 67.720,41 (sessenta e sete mil, setecentos e vinte reais e quarenta e um centavos), na classificação abaixo, conforme o orçamento constante do Anexo II.

Gestão/Unidade:	410043	Programa de Trabalho:	047769
Fonte:	0100	Elementos de Despesa:	3.3.90.30/39

### **4 DO CREDENCIAMENTO**

- 4.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma Eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a solicitação de login e senha pela interessada.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### **5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 5.1 Só poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no § 3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI-MP n.º 02, de 11 de outubro de 2010 e Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005.
- 5.2 Não poderão participar desta licitação:
- 5.2.1 Entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.2.2 Entidades empresariais declaradas suspensas de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993;
- 5.2.3 Entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

- 5.2.4 Quaisquer interessadas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei n.º 8.666, de 1993;
- 5.2.5 Entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.2.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “**sim**” ou “**não**” em campo próprio do Sistema Eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 5.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, **de 14 de dezembro de 2006**, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 5.3.1.1 A assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito da licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, **de 14 de dezembro de 2006**, mesmo que Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa.
- 5.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.3.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.3.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 5.3.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.4 Não poderão participar as interessadas que tenham em seu quadro de pessoal servidor público que participe na gerência ou administração, salvo se estes se encontrarem de licença para trato de interesses particulares, na forma do art. 91 da Lei n.º 8.112/1990 ou a participação decorra dos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social, ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros.
- 5.4.1 Não poderão também participar desta licitação os familiares de agente público que esteja investido em cargo em comissão ou função de confiança perante o Ministério das Comunicações, conforme vedação prevista no Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010.

<b>6 DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS</b>
---

- 6.1 A licitante deverá encaminhar a proposta por meio do Sistema Eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

- 6.3 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.5 A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.5.1 Descrição detalhada do objeto, em conformidade com o Anexo I deste Edital;
- 6.5.2 Descrição técnica dos procedimentos e utilização do sistema e das suas operações compreendendo a Administração e Gerenciamento da frota, bem como seu abastecimento, das diversas disposições de suporte oferecidas aos usuários e gestor do Contrato, para melhor aproveitamento operacional da solução apresentada;
- 6.5.3 Declaração de que a **CONTRATADA** arcará com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes;
- 6.5.4 Preço unitário, por tipo de combustível, valor mensal e o valor total anual e Planilha de Quantitativos e Custos Estimados, bem como a indicação do percentual de taxa de Administração ofertado e o valor total da Proposta, em moeda nacional (R\$), expresso em algarismos e por extenso, conforme modelo de Planilha – Anexo III deste Edital;
- 6.5.4.1 Os preços propostos deverão estar de acordo com os praticados no mercado à época da licitação, segundo a Agência Nacional de Petróleo – ANP;
- 6.5.5 Taxa de Administração mensal dos serviços, expresso na forma de percentual, incidente sobre o montante mensal total de gastos com os combustíveis, a ser pago pelo **CONTRATANTE**, estando incluídos todos os insumos necessários para a execução do Contrato;
- 6.5.5.1 O valor máximo da Taxa de Administração a ser pago sobre a prestação dos serviços de gerenciamento, não deverá ultrapassar a 7% (sete por cento) por mês;
- 6.5.5.2 Será aceita taxa igual a 0 (zero);
- 6.5.6 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os insumos que o compõem e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta Licitação, bem como das despesas;
- 6.5.7 Cronograma discriminando todas as fases e prazos para a efetiva implantação do sistema;
- 6.5.8 Declaração comprometendo-se a efetuar treinamento para no mínimo 02 (dois) servidores responsáveis pela base de gerenciamento do sistema de abastecimento de forma eletrônica, visando sua utilização, indicados pelo Ministério das Comunicações;

6.5.9 Relação dos postos de abastecimentos credenciados, comprovando existência de pelo menos 01 (um) na Asa Sul e 01 (um) na Asa Norte, dentre outras localidades;

6.5.9.1 Os postos participantes deverão funcionar continuamente, pelo menos no horário compreendido entre 7:00 e 21:00 horas, durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

6.5.10 Informar a bandeira do posto de gasolina.

6.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, inclusive os custos resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outros decorrentes.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar data de sua apresentação.

<b>7 DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES</b>
---

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de Sistema Eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que sejam omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, contemplarem preços manifestamente inexequíveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser efetuado ofertando-se o maior desconto sobre a taxa de administração e combustíveis.

7.6 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9 Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

- 7.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.
- 7.11 Se a desconexão perdurar por tempo **superior a 10 (dez) minutos**, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 7.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá **período de tempo de até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13 Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14 Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim com das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o dispositivo nos arts. 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 6.204, de 2007.
- 7.15 Nessas condições, as propostas de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas que se encontrarem na **faixa de até 5% (cinco por cento)** acima da proposta ou lance de menor preço serão considerados empatados com a primeira colocada.
- 7.16 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no **prazo de 5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.17 Caso a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.18 Caso não se oferte lances e sejam identificadas propostas de preços idênticos de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa empatadas na faixa de até **5% (cinco por cento)** sobre o valor cotado pela primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o sistema fará sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente o vencedor para o encaminhamento da oferta final de desempate.
- 7.19 Havendo êxito no procedimento de desempate, o sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.
- 7.20 Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei n.º 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:



7.20.1 Prestados por empresas brasileiras;

7.20.2 Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.21 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

## **8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

8.1 O critério de julgamento no presente certame será o da **MENOR PREÇO GLOBAL VIA DESCONTO**.

8.2 Encerrada a etapa de lances e ordenadas as ofertas, pelo critério de menor preço global, o Pregoeiro examinará, imediatamente, a aceitabilidade, quanto ao objeto e ao valor apresentado pela primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito e verificará a habilitação da licitante conforme disposições deste Edital.

8.3 Sendo aceitável a proposta a licitante detentora da melhor oferta, este deverá comprovar, **no prazo máximo de 2 (duas) horas**, sua situação de regularidade na forma que determina o **ITEM 9** deste Edital, podendo esta comprovação se dar por meio do fax (61) 3311-6066, anexo convocado via sistema ou email [pregao@mc.gov.br](mailto:pregao@mc.gov.br), com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada.

8.3.1 Se a licitante não encaminhar, no prazo consignado na solicitação via chat, a documentação solicitada no item 8.3, poderá ter sua proposta desclassificada.

8.4 Serão desclassificadas as propostas das licitantes que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos neste Instrumento Convocatório e seus anexos, que deixem de atender às exigências nele contidas, que se oponham a quaisquer dispositivos legais vigentes, que consignem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preço global ou unitário simbólico, irrisórios ou de valor zero, e ainda, as que apresentem irregularidades insanáveis.

8.5 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatentar às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.6 Nas situações a que se referem os subitens 8.2 e 8.5, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor. Esta negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.7 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 23, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.8 Ao final da sessão, a licitante vencedora deverá encaminhar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a PROPOSTA DE PREÇO ORIGINAL elaborada em conformidade com as exigências contidas no ITEM 6, com os respectivos valores readequados ao valor total e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ORIGINAIS que foram encaminhados via fax.

8.9 Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas ao certame licitatório, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

- 8.10 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia e validade para fins de habilitação e classificação (art. 26, §3º, do Decreto nº 5.450/2005).

## **9 DA HABILITAÇÃO**

- 9.1 O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e, conforme o caso, à qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 11 de outubro de 2010.

9.1.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

9.1.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, a licitante será convocada a encaminhar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006.

- 9.2 As licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal, nas condições seguintes:

### **9.2.1 Habilitação jurídica:**

9.2.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.2.1.2 Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.2.1.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.2.1.4 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.2.1.5 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

## **9.2.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.2.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e a Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

9.2.2.3 Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

9.2.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

9.2.2.6.1 Caso a licitante seja considerada isenta dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.7 Caso a licitante detentora do menor preço seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, ou Sociedade Cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

9.2.2.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.3 As licitantes que não estiverem cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

9.2.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.2.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.2.3.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.2.4 Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.2.5 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar que:

9.2.5.1 Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**9.2.6 Habilitação técnica:**

9.2.6.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação;

9.3 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelas licitantes, via fac-símile (fax) número (061) 3311.6066, anexo convocado no sistema ou via e-mail [pregao@mc.gov.br](mailto:pregao@mc.gov.br), no prazo máximo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no Sistema Eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail.

9.4 Se a menor proposta ofertada for de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

9.4.1 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

- 9.6 Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.8 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.

## **10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 10.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica, encaminhada por meio do sítio [pregao@mc.gov.br](mailto:pregao@mc.gov.br).
- 10.1.1 Não serão reconhecidas as impugnações interpostas por meio de fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais;
- 10.1.2 O prazo para encaminhamento de impugnação encerrar-se-á às **18:00** horas do dia **13/06/2013**;
- 10.1.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação **no prazo de 24h** (vinte e quatro horas);
- 10.1.4 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 10.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no sítio [pregao@mc.gov.br](mailto:pregao@mc.gov.br).
- 10.2.1 Não serão reconhecidos os questionamentos/esclarecimentos interpostos por meio de fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais;
- 10.2.2 O prazo para encaminhamento dos pedidos de questionamentos/esclarecimentos encerrar-se-á às **18:00** horas do dia **12/06/2013**;
- 10.3 Os teores das impugnações e questionamentos/esclarecimentos solicitados, bem como as respectivas respostas ficarão disponíveis para conhecimento dos fornecedores e sociedade em geral no sistema Comprasnet, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), por meio do link: Acesso Livre > Pregões > Agendados.
- 10.4 Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## **11 DOS RECURSOS**

- 11.1 O Pregoeiro declarará à vencedora e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 20 (vinte minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

- 11.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.4 A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à licitante vencedora.
- 11.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo Sistema Eletrônico, em outros **3 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada às interessadas, no endereço constante neste Edital.

## **12 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 12.2.1 A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição, com vistas à verificação da aceitabilidade dos produtos cotados, antes da homologação do certame.

## **13 DO CONTRATO**

- 13.1 A Minuta de Contrato, Anexo IV, é parte integrante deste Edital, especificará o prazo e as condições para a prestação dos serviços.
- 13.2 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária por escrito, para a assinatura do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o Ministério das Comunicações para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data.
- 13.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.
- 13.4 Antes da assinatura do Contrato, o Ministério das Comunicações realizará consulta “on line” ao SICAF e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 13.5 Se a adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e

comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### **14 DA VIGÊNCIA**

- 14.1 O Contrato decorrente da licitação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **15 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 15.1 As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

#### **16 DO CONTROLE E DA SEGURANÇA DO SISTEMA**

- 16.1 Do controle e da segurança do sistema são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

#### **17 DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 17.1 As condições básicas para o fornecimento e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### **18 DO PAGAMENTO**

- 18.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em duas vias, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da **CONTRATADA**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, **contados da data de aceitação e atesto dos serviços realizados pelo setor competente do CONTRATANTE.**
- 18.2 O primeiro faturamento, para fins de ajuste, deverá corresponder aos dias do mês de assinatura do Contrato, e os seguintes deverão ser faturados considerando o mês integral.
- 18.3 Para efeitos de conferência e posterior ateste da fatura, a **CONTRATADA** deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato, obrigatoriamente, com a fatura, as seguintes comprovações:
- a) Planilha mensal de faturamento, contendo: tipo de combustível, quantidade de combustível, valor do litro, valor total, data do abastecimento, nome do motorista, nº do cartão, etc;
  - b) Relatório do Sistema de abastecimento;
  - c) Comprovante de cada abastecimento.
- 18.4 O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelo fornecimento do combustível, o valor correspondente à quantidade de litros abastecidos, conforme o preço do dia do abastecimento, seja promocional ou não, considerando os descontos ofertados caso aplicáveis.
- 18.5 Para a realização do pagamento, será observado o fiel cumprimento dos fornecimentos nas condições contratadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados no Sistema.
- 18.6 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação,

a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

- 18.7 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **CONTRATADA**:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 18.8 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, será devolvida à **CONTRATADA** pelo Fiscal do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

- 18.9 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o fornecimento objeto do Contrato.

- 18.10 Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

- 18.11 Será procedida consulta “ON LINE” ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado ao Contratado, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a empresa deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

- 18.12 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ministério das Comunicações em favor do Contratado. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

- 18.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{100}$$

$$I = 0,00016438$$



**19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a licitante/adjudicatária que:
- 19.1.1 Não assinar o termo de contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
  - 19.1.2 Apresentar documentação falsa;
  - 19.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 19.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 19.1.5 Não manter a proposta;
  - 19.1.6 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 19.1.7 Cometer fraude fiscal.
- 19.2 A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 19.2.1 Multas de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
  - 19.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 19.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 19.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n.º 9.784, de 1999.
- 19.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.7 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

**20 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 20.1 Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios elencados na Instrução Normativa n.º 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
- 20.1.1 que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

- 20.1.2 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 20.1.3 que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 20.1.4 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## **21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 21.2 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da adjudicação.
- 21.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que:
- 21.3.1 Seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão;
- 21.3.2 Isto não acarrete prejuízo às demais licitantes.
- 21.4 Toda documentação exigida no presente Edital, deve apresentar o mesmo número de inscrição no CNPJ e a mesma razão social da licitante, ou seja, se a concorrente é a matriz da licitante, as informações devem corresponder à matriz, se filial a filial.
- 21.5 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo, desde a realização da sessão pública.
- 21.6 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 21.7 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e que venha a ser aceito pelo Pregoeiro.
- 21.8 Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada por escrito para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o Contrato.
- 21.9 Se a proponente vencedora se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato, será convocada outra licitante, obedecida a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, ficando a proponente infratora sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas no item 19, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.

- 21.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Ministério das Comunicações.
- 21.11 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 21.12 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204, de 05 de novembro de 2007, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

<b>22 DO FORO</b>
-------------------

- 22.1 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília/DF, 05 de junho de 2013.

---

**Pregoeiro**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO  
Nº 06/2013-MC**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº:** 53000.009985/2013-28  
**Tipo de Licitação:** MENOR PREÇO GLOBAL VIA DESCONTO  
**Data:** 18/06/2013  
**Horário:** 10:00 horas (horário de Brasília)  
**Local:** www.comprasnet.gov.br

**1 DO OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool, óleo diesel comum, S10 e S50), por demanda, compreendendo a administração e gerenciamento da frota de veículos em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, com vistas ao atendimento da necessidade de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes à frota do Ministério das Comunicações.

**2 DO QUANTITATIVO DE COMBUSTÍVEIS**

- 2.1 O fornecimento será realizado de acordo com as necessidades do Ministério das Comunicações, conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE Mensal - litros	QUANTIDADE ANUAL - litros
01	Álcool Hidratado	380	4.560
02	Gasolina Comum	1.400	16.800
03	Óleo Diesel Comum	55	660
04	Óleo Diesel S50 e S10	100	1.200
TOTAL		1.935	23.220

- 2.2 A estimativa acima, não configura responsabilidade do Ministério das Comunicações em contratá-la, pois a efetiva contratação será em função da necessidade, que poderá ser reduzida ou aumentada, não estando este adstrito a qualquer consumo ou cota mínima, sendo mera estimativa de consumo.
- 2.3 A quantidade estimada e a descrição dos produtos contemplam, também, os veículos que vierem a ser incorporado à frota do Ministério das Comunicações, no exercício de 2013/14.

**3 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1 A contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis, deve-se a necessidade de abastecimento dos veículos oficiais deste Ministério, visto que foram desativadas as bombas de combustíveis localizadas no Edifício Sede, sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", em Brasília – DF, em razão das condições físicas das instalações, no que diz respeito à legislação do meio ambiente e à segurança dos equipamentos.
- 3.2 Consequentemente, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento normal dos combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel), para o abastecimento dos veículos oficiais, mantendo o controle da quantidade de

combustível para cada veículo pertencente ao Ministério das Comunicações, dos gastos advindos do fornecimento, além da celeridade no abastecimento.

- 3.3 Com a finalidade de solucionar problemas contidos no armazenamento dos combustíveis, visando principalmente otimizar o abastecimento dos veículos da frota, bem como facilitar o sistema de controle para a Seção de Transportes, buscou-se alternativas que possibilitassem melhor atendimento às necessidades do Ministério das Comunicações.
- 3.4 As principais vantagens que poderemos obter com a adoção do fornecimento de combustíveis, através do sistema de gerenciamento informatizado com cartão magnético, são:
- a) Flexibilização do sistema de abastecimento, por acesso facilitado a uma rede de serviços dispersa em todo o Distrito Federal;
  - b) Modernização dos controles, precisão das informações e redução do tempo de compilação e gerenciamento de dados;
  - c) Obtenção de informações de toda a frota, em tempo hábil, para tomada de decisões corretivas, através de sistema eletrônico, *internet*.
- 3.5 A quantidade estimada e a descrição dos produtos contemplam, também, os veículos que vierem a ser incorporado à frota do Ministério das Comunicações, no exercício de 2013/14.
- 3.6 A estimativa para o consumo foi baseada nos gastos referentes aos meses de janeiro a dezembro de 2012, com acréscimo 20%, e ainda, acrescentado o item 4 (óleo diesel S10 e S50), devido a aquisição de 01(um) caminhão novo.

#### **4 DO FUNDAMENTO LEGAL**

- 4.1 A contratação de pessoa jurídica para execução das atividades objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal na Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, e as normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

#### **5 DA FROTA DE VEÍCULOS**

- 5.1 A frota de veículos deste Ministério é composta pelos veículos discriminados abaixo, podendo ser alterado por meio de novas aquisições e/ou desfazimento.

MARCA	MODELO	ANO	PLACA	COMBUSTÍVEL
TOYOTA	COROLLA	2004	JFP6956	GASOLINA
TOYOTA	COROLLA	2005	JFQ8035	GASOLINA
FIAT	MAREA	2000/1	JFP1803	GASOLINA
FORD	VERSAILES	1996	JFO8097	GASOLINA
GM	ASTRA	2006	JKH7971	FLEX
GM	ASTRA	2006	JKH7981	FLEX
GM	ASTRA	2007/8	JJE7931	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7921	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7931	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7941	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7951	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7961	FLEX
GM	CORSA	2007/8	JJE7911	FLEX

GM	CORSA	2007/8	JJE7921	FLEX
GM	CORSA	2002	JFP4644	ÁLCOOL
GM	CORSA	2002	JFP4654	ÁLCOOL
GM	CORSA	2002	JFP4674	ÁLCOOL
GM	CORSA	2002	JFP4684	ÁLCOOL
VW	KOMBI	1996	JFO9791	GASOLINA
MITSUBISHI	L – 200	1996/7	LBN3341	DIESEL
GM	S – 10	2007/8	JJE7941	DIESEL
M. BENZ	1113	1974	JFO4575	DIESEL
FORD	FUSION	2011/12	JJI3922	GASOLINA
IVECO	CAMINHÃO BAÚ	2012/13	JKO4101	DIESEL S10 E S50

TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE
<b>GM CORSA SEDAN</b>	<b>07</b>
<b>GM ASTRA</b>	<b>03</b>
<b>VW KOMBI</b>	<b>01</b>
<b>GM CORSA</b>	<b>04</b>
<b>MB CAMINHÃO</b>	<b>01</b>
<b>FORD VERSAILLES</b>	<b>01</b>
<b>TOYOTA COROLLA</b>	<b>02</b>
<b>FIAT MAREA</b>	<b>01</b>
<b>FORD FUSION</b>	<b>01</b>
<b>MITSUBISHI PICK-UP</b>	<b>01</b>
<b>GM PICK-UP S-10</b>	<b>01</b>
<b>IVECO CAMINHÃO BAU</b>	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

## 6 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

6.1 As quantidades abaixo lançadas, referem-se à estimativa de consumo baseada no período de janeiro/2012 a dezembro/2012:

MÊS	GASOLINA	ÁLCOOL	DIESEL	S50 e S10*
Janeiro/2012	855,82 litros	275,24 litros	-	100 litros
Fevereiro/2012	987,32 litros	281,15 litros	50,05 litros	100 litros
Março/2012	1.371,90 litros	470,24 litros	153,71 litros	100 litros
Abril/2012	1.376,47 litros	312,26 litros	47,84 litros	100 litros
Mai/2012	1492,83 litros	333,82 litros	47,84 litros	100 litros
Junho/2012	1.403,99 litros	417,17 litros	-	100 litros
Julho/2012	884,36 litros	339,65 litros	78,83 litros	100 litros

Agosto/2012	1.460,78 litros	348,81 litros	-	100 litros
Setembro/2012	1.106,76 litros	216,07 litros	48,45 litros	100 litros
Outubro/2012	1.154,85 litros	323,35 litros	-	100 litros
Novembro/2012	973,05 litros	245,17 litros	72,11 litros	100 litros
Dezembro/2012	907,77 litros	212,18 litros	40,62 litros	100 litros
<b>TOTAL</b>	<b>13.975,90 litros</b>	<b>3.775,11litros</b>	<b>539,45 litros</b>	<b>1200 litros</b>
<b>MÉDIA MENSAL DE CONSUMO</b>	<b>1.164,66 litros</b>	<b>314,59 litros</b>	<b>44,95 litros</b>	<b>100 litros</b>

\* Diesel S50 e S10 não foram consumidos pelo MC em 2012

## 7 DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DO FORNECIMENTO

7.1 Os serviços seguirão as seguintes condições:

7.1.1 Promover o gerenciamento informatizado dos veículos do Ministério das Comunicações, compreendendo a implantação e gestão de um sistema tecnológico específico com metodologia de cadastramento dos veículos, gestores, controle e logística, possibilitando o abastecimento de combustíveis dos veículos e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, contemplando:

- a) Rede de Postos para o fornecimento de combustíveis, credenciando estabelecimentos idôneos para o fornecimento dos combustíveis, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos de veículos do Ministério das Comunicações, e os que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do Contrato;
- b) Informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;
- c) Controle e gestão de consumo e custos, que ficará a cargo do Gestor do Contrato, devendo a **CONTRATADA** garantir que os preços dos combustíveis nas redes credenciadas não poderão ultrapassar os valores à vista praticados pelo mercado;
- d) A Rede Credenciada deverá fornecer os combustíveis Gasolina, Álcool Comum, Diesel S10/S50 e Diesel comum;
- e) A **CONTRATADA** deverá ter, no mínimo, 1 (um) posto credenciado na Asa Sul e 1 (um) na Asa Norte, dentre outras localidades.

7.1.2 Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados, para cada veículo, contendo: identificação, tipo de combustível, número de quilômetros por litro de combustível, quantidade de litros, local, hora, data de cada abastecimento, nome do motorista;

7.1.3 Sistema de gerenciamento e administração de frota de veículos, voltado ao abastecimento e controle do consumo de combustíveis, contendo os seguintes dados:

a) Identificação do veículo:

- Marca/modelo;

- Ano de fabricação;
- Chassi;
- Placa;
- Tipo de combustível;
- Capacidade do tanque;
- Autonomia de rodagem Km/litro; e
- Outros do interesse do MC.

b) Controle do abastecimento do veículo:

- Data;
- Hora;
- Tipo de combustível;
- Quantidade de litros;
- Valor unitário da bomba;
- Valor total;
- local do abastecimento;
- Vencimento da carteira dos motoristas;
- Hodômetro; e,
- Nome do condutor do veículo e espaço para sua assinatura.

7.1.4 Disponibilidade de relatórios cadastrais e gerenciais, tais como:

a) Cadastro de veículos:

- Marca ;
- Modelo;
- Ano de fabricação;
- Cor; e,
- Placa.

b) Cadastro de usuários:

- Gestores.

c) Relatório de consumo de combustíveis:

- Por veículo;
- Por combustível;
- Por data; e,
- Por período.

d) Outros relatórios de interesse do Ministério das Comunicações.

7.1.5 Durante a execução do Contrato poderão ser incluídos novos veículos ou excluído veículos listados na relação constante deste Termo.

<b>8 DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA</b>
---

8.1 A contratada deve adotar sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pelo **CONTRATANTE**, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos.

8.2 Deverão ser atendidas as seguintes garantias e exigências mínimas.

8.2.1 O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;



- 8.2.2 O **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, o bloqueio do cartão de veículo/usuário, que deverá ser feito on-line a partir da base operacional, sede Brasília;
- 8.2.3 Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca/validação da senha do usuário;
- 8.2.4 O cancelamento o cartão somente poderá ser feito pelo Serviço de Atividades Auxiliares - SEATA, por servidor designado pelo Gestor do Contrato ou credenciado para esse fim;
- 8.2.5 As placas dos carros pertencentes à **CONTRATADA**, serão cadastradas e vinculadas aos cartões magnéticos.
- 8.3 O sistema deverá permitir a autorização do abastecimento de combustíveis, junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede, por meio de cartão magnético.
- 8.4 A empresa **CONTRATADA** não será responsável por nenhum reembolso de valor decorrente do uso de cartão perdido, furtado ou roubado que não for bloqueado pelo **CONTRATANTE**.

## **9 DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES**

- 9.1 A **CONTRATADA** disponibilizará ao Ministério das Comunicações, para utilização durante o prazo da vigência contratual, os equipamentos e softwares necessários à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.
- 9.2 Disponibilizar software de gerenciamento integrado, disponibilizando relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.) e das despesas de abastecimento de combustível de cada um dos veículos da frota.
- 9.3 O sistema deverá consolidar os dados, permitindo a concentração dos mesmos e a emissão de relatórios nas bases de gerenciamento, localizadas onde o Ministério das Comunicações indicar.
- 9.4 O sistema deverá permitir a informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do portador do cartão e respectiva Unidade Organizacional, datas e horários, além do tipo de combustível.
- 9.5 A **CONTRATADA** deverá promover a instalação de Bases de Gerenciamento, em locais determinados pelo **CONTRATANTE**, onde a **CONTRATADA** instalará os softwares de gerenciamento da frota do sistema, permitindo o acesso on-line a todos os dados relativos aos veículos e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais.
- 9.6 Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da **CONTRATADA**, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender o **CONTRATANTE** em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.
- 9.7 A utilização dos equipamentos será precedida de treinamento específico e obedecerá aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA**, a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços.

- 9.8 Oferecer treinamento para Gestores e Usuários do **CONTRATANTE**, visando o gerenciamento de todo o sistema nos softwares utilizados pela **CONTRATADA**.
- 9.9 Os equipamentos e softwares fornecidos pela **CONTRATADA** deverão ser submetidos e aprovados pela Seção de Transportes, responsável pelo gerenciamento do Contrato.

## **10 DOS CARTÕES MAGNÉTICOS**

- 10.1 Disponibilizar cartão magnético para cada veículo descrito no item 5.1 deste Termo, que deverá ser individual e intransferível.
- 10.2 Adotar sistema de segurança que vincule o cartão ao veículo, de forma que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pelo **CONTRATANTE**, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos, veículos e condutores.
- 10.3 Disponibilizar senhas individuais para os servidores que serão indicados pelo **CONTRATANTE**.
- 10.4 O uso indevido do cartão magnético do veículo, não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela **CONTRATADA**.
- 10.5 A **CONTRATADA** disponibilizará cartões magnéticos individuais para identificação dos veículos e realização dos abastecimentos na rede credenciada, sem ônus ao **CONTRATANTE** no primeiro fornecimento.
- 10.6 Os cartões magnéticos poderão ser substituídos pela **CONTRATADA**, individualmente, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**, quando ocorrer um dos seguintes eventos:
- a) Extravio do cartão magnético, pela primeira vez, por parte do usuário;
  - b) Danificação do cartão magnético pela primeira vez, por parte do usuário;
  - c) Quando ocorrer o desgaste natural ou se verificar a necessidade técnica de substituição do cartão magnético.
- 10.7 A **CONTRATADA** deverá apresentar o preço unitário de emissão do cartão magnético, no caso descrito no item 12.11 deste Termo.

## **11 DOS PRAZOS**

- 11.1 O fornecimento dos combustíveis será imediatamente a partir da assinatura.
- 11.2 Fornecer cartões magnéticos para toda a frota de veículos, conforme item 5.1 deste Termo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.
- 11.3 A implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos, deverá ocorrer em no máximo até 10 (dez) dias após assinatura do Contrato, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos necessários à operação do sistema, o credenciamento dos postos indicados pelo **CONTRATANTE**, bem como o credenciamento e treinamento dos gestores e condutores.
- 11.4 O prazo para atendimento e solução de problemas de assistência técnica pela **CONTRATADA**, não poderá ser superior a 04 (quatro) horas, em dias úteis, considerando o horário comercial de 8:00 às 18:00 horas, devendo apresentar justificativa e solicitação de prorrogação deste prazo por escrito quando for o caso.

## **12 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 12.1 Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa efetuar a entrega dos produtos dentro das normas estabelecidas no Contrato;
- 12.2 Prestar à **CONTRATADA** todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;
- 12.3 Devolver à **CONTRATADA** ao final do período de vigência do presente Contrato, todos os materiais envolvidos na presente contratação, cedidos ao **CONTRATANTE**, no estado em que se encontrarem;
- 12.4 Designar servidores do **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 12.5 Fornecer a relação dos veículos pertencentes ou a serviço do **CONTRATANTE**, autorizados para utilizar os serviços.
- 12.6 Solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com o objeto contratado.
- 12.7 Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 12.8 O uso do cartão magnético para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário.
- 12.9 Efetuar o bloqueio do uso do cartão de veículo deverá ser on-line a partir de cada base operacional;
- 12.10 Efetuar o cancelamento do cartão somente através pela unidade responsável pelo gerenciamento dos serviços do **CONTRATANTE**.
- 12.11 A reincidência de qualquer um dos eventos descritos no item 10.6, acarretará em ônus da reposição do cartão magnético ao **CONTRATANTE**, que repassará o custo de reposição ao condutor usuário do cartão, caso seja comprovada a má utilização.
- 12.12 Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, à vista das Notas Fiscais/Faturas discriminativas correspondentes às quantidades efetivamente entregues, desde que atendidas as formalidades previstas.
- 12.13 Requisitar, a seu critério, análise dos produtos objetos do contrato, nos termos do artigo 8º da Resolução ANP n.º 9, de 07 de março de 2007.
- 12.14 Constatada qualquer infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, o **CONTRATANTE** deverá dirigir representação à ANP, para efeito do exercício do seu poder de polícia (Art. 14 da Lei n.º 9.847/99).

## **13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1 Garantir de que todo combustível registrado pela bomba foi realmente abastecido no veículo indicado.
- 13.2 Garantir que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota do **CONTRATANTE**.
- 13.3 Garantir que os veículos cadastrados só sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado.

- 13.4 O sistema de gerenciamento eletrônico deverá ser fornecido com interface que permita total compatibilidade com os sistemas operacionais desta Instituição, para permitir a importação de dados.
- 13.5 Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE**, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses.
- 13.6 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 13.7 Custear todos os treinamentos dos responsáveis pela base de gerenciamento no que se refere à utilização dos sistemas de controle e planejamento do sistema;
- 13.8 A **CONTRATADA** poderá subcontratar empresas especializadas, indicadas em sua proposta de preços, para execução dos serviços de instalação dos softwares, não se eximindo, contudo, de suas responsabilidades.
- 13.9 Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
- 13.10 Disponibilizar ao **CONTRATANTE** pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos.
- 13.11 Fornecer suporte técnico para o sistema.
- 13.12 Fornecer manual de utilização do sistema de gerenciamento e de consolidação de dados em língua portuguesa.
- 13.13 Treinar e capacitar 2 (dois) servidores indicados pelo **CONTRATANTE**, a utilizar todos os recursos do sistema;
- 13.14 Disponibilizar ao **CONTRATANTE**, ao término do Contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado;
- 13.15 Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações do Ministério das Comunicações para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando, sempre, os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**.
- 13.16 Fornecer somente combustíveis que se enquadrem nas especificações da ANP- Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato.
- 13.17 Executar o fornecimento por intermédio de empregados especializados, estando ciente das normas técnicas de segurança que regem o manejo dos equipamentos no fornecimento de combustíveis.
- 13.18 Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção contra incêndios, e recomendações das leis vigentes, no momento da transferência do combustível das bombas para o tanque dos veículos.

- 13.19 Arcar com qualquer prejuízo causado aos veículos do **CONTRATANTE** ou a terceiros por seus empregados ou preposto, decorrentes do fornecimento dos produtos por culpa ou dolo, indenizando os danos motivados.
- 13.20 Em caso de falta dos combustíveis contratados, fica a **CONTRATADA** obrigada a fornecer, nas mesmas condições, combustíveis de qualidade superior.
- 13.21 Indicar “preposto”, aceito pelo **CONTRATANTE**, que será legítimo representante da **CONTRATADA**, responsável pela execução do contrato, com a missão de garantir o bom andamento do mesmo com a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento do contrato pelo Contratante (Fiscal do Contrato) que tomará as providências pertinentes para que sejam corrigidos todos os problemas detectados;
- 13.22 Realizar análise dos combustíveis objetos deste contrato sempre que solicitada pelo **CONTRATANTE**. Para isso, a **CONTRATADA** deverá manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP n.º 9, de 07 de março de 2007, artigo 8º).

#### **14 DA GARANTIA**

- 14.1 A **CONTRATADA** deverá garantir a qualidade do combustível e arcar com qualquer prejuízo ao **CONTRATANTE** decorrente de sua utilização;
- 14.2 A **CONTRATADA** se reserva no direito de colher amostras do combustível para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários;
- 14.3 Ficará sobre a inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a garantia da qualidade mínima do combustível fornecido, sob pena das sanções cabíveis.

#### **15 DA VIGÊNCIA**

- 15.1 O Contrato decorrente da licitação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **16 DO PAGAMENTO**

- 16.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em duas vias, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da **CONTRATADA**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, contados da data de aceitação e atesto dos serviços realizados pelo setor competente do **CONTRATANTE**.
- 16.2 O primeiro faturamento, para fins de ajuste, deverá corresponder aos dias do mês de assinatura do Contrato, e os seguintes deverão ser faturados considerando o mês integral.
- 16.3 Para efeitos de conferência e posterior ateste da fatura, a **CONTRATADA** deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato, obrigatoriamente, com a fatura, as seguintes comprovações:
- a) Planilha mensal de faturamento, contendo: tipo de combustível, quantidade de combustível, valor do litro, valor total, data do abastecimento, nome do motorista, n.º do cartão, etc;
  - b) Relatório do Sistema de abastecimento;
  - c) Comprovante de cada abastecimento.

- 16.4 O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelo fornecimento do combustível, o valor correspondente à quantidade de litros abastecidos, conforme o preço do dia do abastecimento, seja promocional ou não, considerando os descontos ofertados caso aplicáveis.
- 16.5 Para a realização do pagamento, será observado o fiel cumprimento dos fornecimentos nas condições contratadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados no Sistema.
- 16.6 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 16.7 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **CONTRATADA**:
- a) Não produziu os resultados acordados;
  - b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.8 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, será devolvida à **CONTRATADA** pelo Fiscal do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.
- 16.9 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o fornecimento objeto do Contrato.
- 16.10 Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 16.11 Será procedida consulta “ON LINE” ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado ao Contratado, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a empresa deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.
- 16.12 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ministério das Comunicações em favor do Contratado. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 16.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = 0,00016438$$

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa  
anual = 6%.

## 17 DAS PENALIDADES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993 e da Lei n.º 10.520, de 2002, a **CONTRATADA** que:

17.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3 Fraudar na execução do contrato;

17.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5 Cometer fraude fiscal;

17.1.6 Não mantiver a proposta;

17.2 A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;

b) Multa compensatória e moratória, na forma a seguir especificada:

b.1) A multa por atraso na entrega dos materiais/serviços, por culpa da **CONTRATADA**, será representada por percentual do valor contratado, não excedendo a 10% (dez por cento) do referido valor e será calculada pela seguinte fórmula:

**$M = 0,1 \cdot A \cdot F$ , onde:**

M = percentual representativo da multa

A = atraso em dias corridos

F = fator relativo à importância e criticidade de prazos de fornecimento:

F=1 – baixa criticidade

F=2 – média criticidade

F=3 – alta criticidade

**Nota:** Para esta contratação o fator de criticidade a ser considerado será: alta criticidade (f=3).

b.2) Pelo não cumprimento de qualquer condição pactuada no contrato e não abrangida pela alínea anterior, 2% (dois por cento) do valor total do contrato para cada evento;

- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a União com consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

17.2 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.3 As multas poderão ser descontadas dos pagamentos por ventura ainda devida à contratada ou recolhidas diretamente à conta corrente do Ministério das Comunicações, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da notificação do ato de punição ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93.

17.4 As penalidades aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, ficando o total das multas limitado a 10% (dez por cento) do valor total contratado.

17.5 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas, em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do **CONTRATANTE**, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a **CONTRATADA** tomar ciência.

17.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

17.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observando o princípio da proporcionalidade.

17.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



## **18 DA FISCALIZAÇÃO**

- 19.1 A fiscalização do Contrato será exercida por representante do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCAL, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à **CONTRATADA**, e ainda deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada sua fiel e correta execução, para fins de pagamento, (Art. 67 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).
- 18.1 A fiscalização que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).
- 18.2 O **CONTRATANTE** comunicará à empresa, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

## **19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 19.1 A proposta de preços deverá ser apresentada contendo:
- 19.1.1 Descrição técnica dos procedimentos e utilização do sistema e das suas operações compreendendo a Administração e Gerenciamento da frota, bem como seu abastecimento, das diversas disposições de suporte oferecidas aos usuários e gestor do Contrato, para melhor aproveitamento operacional da solução apresentada;
  - 19.1.2 Declaração de que a **CONTRATADA** arcará com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes.
  - 19.1.3 Preço unitário, por tipo de combustível, valor mensal e o valor total anual e Planilha de Quantitativos e Custos Estimados, bem como a indicação do percentual de taxa de Administração ofertado e o valor total da Proposta, em moeda nacional (R\$), expresso em algarismos e por extenso, conforme Modelo de Planilha – Anexo III;
    - 19.1.3.1 Os preços propostos deverão estar de acordo com a Agência Nacional de Petróleo – ANP e com os valores praticados no mercado à época da licitação.
  - 19.1.4 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os insumos que o compõem e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta Licitação, bem como das despesas;
  - 19.1.5 Cronograma discriminando todas as fases e prazos para a efetiva implantação do sistema;
  - 19.1.6 Declaração comprometendo-se a efetuar treinamento para no mínimo 02 (dois) servidores responsáveis pela base de gerenciamento do sistema de abastecimento de forma eletrônica, visando sua utilização, indicados pelo **CONTRATANTE**.
  - 19.1.7 Relação dos postos de abastecimentos credenciados, comprovando existência de pelo menos 01 (um) na Asa Sul e 01 (um) na Asa Norte, dentre outras localidades.

19.1.7.1 Os postos participantes deverão funcionar continuamente, pelo menos no horário compreendido entre 7:00 e 21:00 horas, durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

19.1.8 Informar a bandeira do posto de gasolina.

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 06/2013-MC

### ANEXO II - PLANILHA DE ORÇAMENTO

**PROCESSO Nº:** 53000.009985/2013-28  
**Tipo de Licitação:** MENOR PREÇO GLOBAL VIA DESCONTO  
**Data:** 18/06/2013  
**Horário:** 10:00 horas (horário de Brasília)  
**Local:** [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

Planilha de custo estimado para contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel), por demanda, compreendendo a administração e gerenciamento da frota de veículos em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, com vistas ao atendimento da necessidade de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes à frota do Ministério das Comunicações.

#### DO QUANTITATIVO MENSAL ESTIMADO POR TIPO DE COMBUSTÍVEL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MENSAL (litro)	VALOR UNITÁRIO por litro	VALOR MENSAL
01	Gasolina Comum	Litro	1400	3,00	R\$ 4.200,00
02	Álcool Hidratado	Litro	380	2,28	R\$ 866,40
03	Óleo Diesel	Litro	55	2,42	R\$ 133,10
04	Óleo Diesel S50 e S10	Litro	100	2,62	R\$ 262,00
<b>VALOR MENSAL: R\$ 5.461,50 (cinco mil, quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)</b>					
<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: 3,33%</b> (três inteiros e trinta e três centésimos por cento) sobre o faturamento mensal.					
<b>VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 181,86</b>					
<b>VALOR TOTAL MENSAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 5.643,36</b> (cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e trinta e seis centavos) (Soma do valor mensal dos combustíveis + o valor correspondente a taxa de Administração)					
<b>VALOR TOTAL ANUAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 67.720,32</b> (sessenta e sete mil, setecentos e vinte reais e trinta e dois centavos ) (Soma do valor mensal dos combustíveis + o valor correspondente a taxa de Administração)					

**OBS: ESTA PLANILHA É SIMPLEMENTE O MODELO PARA DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, PORTANTO, CADA EMPRESA PODERÁ APRESENTAR A SUA PRÓPRIA PLANILHA.**

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 06/2013-MC

### ANEXO III - MODELO DE PLANILHA PARA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

**PROCESSO Nº:** 53000.009985/2013-28  
**Tipo de Licitação:** MENOR PREÇO GLOBAL VIA DESCONTO  
**Data:** 18/06/2013  
**Horário:** 10:00 horas (horário de Brasília)  
**Local:** www.comprasnet.gov.br

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º \_\_\_\_\_ e inscrição estadual n.º \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_ (endereço completo), para o fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel), por demanda, compreendendo a administração e gerenciamento da frota de veículos em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, com vistas ao atendimento da necessidade de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes à frota do Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no Pregão Eletrônico n.º 06/2013-MC.

1. Os nossos preços ofertados na presente licitação são os constantes do quadro a seguir:

#### DO QUANTITATIVO MENSAL ESTIMADO POR TIPO DE COMBUSTÍVEL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MENSAL (litro)	VALOR UNITÁRIO (por litro)	VALOR MENSAL
01	Gasolina Comum	Litro	1400		
02	Álcool Hidratado	Litro	380		
03	Óleo Diesel	Litro	55		
04	Óleo Diesel S50 e S10	Litro	100		
<b>VALOR MENSAL: R\$</b>					
<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:</b> % ( ) por cento sobre o faturamento mensal.					
<b>VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$</b>					
<b>VALOR TOTAL MENSAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$</b> (Soma do valor mensal dos combustíveis + o valor correspondente a taxa de Administração)					
<b>VALOR TOTAL ANUAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$</b> (R\$..... ) (Soma do valor mensal dos combustíveis + o valor correspondente a taxa de Administração)					

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo (representante da empresa)

# EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 06/2013-MC

## ANEXO IV– MINUTA DE CONTRATO

**PROCESSO Nº:** 53000.009985/2013-28  
**Tipo de Licitação:** MENOR PREÇO GLOBAL VIA DESCONTO  
**Data:** 18/06/2013  
**Horário:** 10:00 horas (horário de Brasília)  
**Local:** www.comprasnet.gov.br

### CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E A EMPRESA

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.437/0003-19, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, em Brasília, Distrito Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu, Senhor \*\*\*\*\*, portador da Cédula de Identidade n.º \*\*\*\*\* e CPF n.º \*\*\*\*\*, com competência para assinar contratos, nos termos do Art. 74, § 2º, Capítulo IV, Anexo II do Regimento Interno aprovado pela Portaria do Ministério das Comunicações n.º 143, de 9 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 12 de março de 2012 e de outro lado, a empresa \*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \*\*\*\*\*, com sede \*\*\*\*\*, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu \*\*\*\*\*, Senhor \*\*\*\*\*, brasileiro, \*\*\*\*\*, portador da Cédula de Identidade n.º \*\*\*\*\* SSP/\*\*\*\* e CPF n.º \*\*\*\*\*, tendo em vista o que consta no Processo n.º 53000.009985/2013-28 e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 06/2013-MC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool, óleo diesel comum, S10 e S50), por demanda, compreendendo a administração e gerenciamento da frota de veículos em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, com vistas ao atendimento da necessidade de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes à frota do **CONTRATANTE**, em conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico n.º 06/2013-MC e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**, que ficam fazendo parte deste instrumento, independentemente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO QUANTITATIVO DE COMBUSTÍVEIS

- 2.1 O fornecimento será realizado de acordo com as necessidades do **CONTRATANTE**, conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE Mensal - litros	QUANTIDADE ANUAL - litros
01	Álcool Hidratado	380	4.560
02	Gasolina Comum	1.400	16.800
03	Óleo Diesel Comum	55	660
04	Óleo Diesel S50 e S10	100	1.200
TOTAL		1.935	23.220

2.2 A estimativa acima, não configura responsabilidade do **CONTRATANTE** em contratá-la, pois a efetiva contratação será em função da necessidade, que poderá ser reduzida ou aumentada, não estando este adstrito a qualquer consumo ou cota mínima, sendo mera estimativa de consumo.

2.3 A quantidade estimada e a descrição dos produtos contemplam, também, os veículos que vierem a ser incorporado à frota do **CONTRATANTE**, no exercício de 2013/14.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FROTA DE VEÍCULOS

3.1 A frota de veículos do **CONTRATANTE** é composta pelos veículos discriminados abaixo, podendo ser alterado por meio de novas aquisições e/ou desfazimento.

MARCA	MODELO	ANO	PLACA	COMBUSTÍVEL
TOYOTA	COROLLA	2004	JFP6956	GASOLINA
TOYOTA	COROLLA	2005	JFQ8035	GASOLINA
FIAT	MAREA	2000/1	JFP1803	GASOLINA
FORD	VERSAILES	1996	JFO8097	GASOLINA
GM	ASTRA	2006	JKH7971	FLEX
GM	ASTRA	2006	JKH7981	FLEX
GM	ASTRA	2007/8	JJE7931	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7921	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7931	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7941	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7951	FLEX
GM	CORSA	2006	JKH7961	FLEX
GM	CORSA	2007/8	JJE7911	FLEX
GM	CORSA	2007/8	JJE7921	FLEX
GM	CORSA	2002	JFP4644	ÁLCOOL
GM	CORSA	2002	JFP4654	ÁLCOOL
GM	CORSA	2002	JFP4674	ÁLCOOL
GM	CORSA	2002	JFP4684	ÁLCOOL
VW	KOMBI	1996	JFO9791	GASOLINA
MITSUBISHI	L – 200	1996/7	LBN3341	DIESEL
GM	S – 10	2007/8	JJE7941	DIESEL
M. BENZ	1113	1974	JFO4575	DIESEL
FORD	FUSION	2011/12	JJI3922	GASOLINA
IVECO	CAMINHÃO BAÚ	2012/13	JKO4101	DIESEL S10 E S50

TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE
GM CORSA SEDAN	07
GM ASTRA	03
VW KOMBI	01
GM CORSA	04
MB CAMINHÃO	01
FORD VERSAILLES	01
TOYOTA COROLLA	02
FIAT MAREA	01
FORD FUSION	01
MITSUBISHI PICK-UP	01
GM PICK-UP S-10	01
IVECO CAMINHÃO BAÚ	01
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DO FORNECIMENTO

4.1 Os serviços seguirão as seguintes condições:

- 4.1.1 Promover o gerenciamento informatizado dos veículos do **CONTRATANTE**, compreendendo a implantação e gestão de um sistema tecnológico específico com metodologia de cadastramento dos veículos, gestores, controle e logística, possibilitando o abastecimento de combustíveis dos veículos e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo, contemplando:
- Rede de Postos para o fornecimento de combustíveis, credenciando estabelecimentos idôneos para o fornecimento dos combustíveis, destinados aos diversos tipos de marcas e modelos de veículos do Ministério das Comunicações, e os que porventura venham a ser adquiridos durante a vigência do Contrato;
  - Informatização dos controles através de sistema integrado de gestão de frota, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam controle total dos gastos;
  - Controle e gestão de consumo e custos, que ficará a cargo do Gestor do Contrato, devendo a **CONTRATADA** garantir que os preços dos combustíveis nas redes credenciadas não poderão ultrapassar os valores à vista praticados pelo mercado;
  - A Rede Credenciada deverá fornecer os combustíveis Gasolina, Álcool Comum, Diesel S10/S50 e Diesel comum;
  - A **CONTRATADA** deverá ter, no mínimo, 1 (um) posto credenciado na Asa Sul e 1 (um) na Asa Norte, dentre outras localidades.

4.2 Disponibilizar relatórios gerenciais e operacionais informatizados, para cada veículo, contendo: identificação, tipo de combustível, número de quilômetros por litro de combustível, quantidade de litros, local, hora, data de cada abastecimento, nome do motorista;

4.2.1 Sistema de gerenciamento e administração de frota de veículos, voltado ao abastecimento e controle do consumo de combustíveis, contendo os seguintes dados:

a) Identificação do veículo:

- Marca/modelo;
- Ano de fabricação;
- Chassi;
- Placa;
- Tipo de combustível;
- Capacidade do tanque;
- Autonomia de rodagem Km/litro; e
- Outros do interesse do MC.

b) Controle do abastecimento do veículo:

- Data;
- Hora;
- Tipo de combustível;
- Quantidade de litros;
- Valor unitário da bomba;
- Valor total;
- local do abastecimento;
- Vencimento da carteira dos motoristas;
- Hodômetro; e,
- Nome do condutor do veículo e espaço para sua assinatura.

4.2.2 Disponibilidade de relatórios cadastrais e gerenciais, tais como:

a) Cadastro de veículos:

- Marca ;
- Modelo;
- Ano de fabricação;
- Cor; e,
- Placa.

b) Cadastro de usuários:

- Gestores.

c) Relatório de consumo de combustíveis:

- Por veículo;
- Por combustível;
- Por data; e,
- Por período.

d) Outros relatórios de interesse do **CONTRATANTE**.

4.2.3 Durante a execução do Contrato poderão ser incluídos novos veículos ou excluído veículos listados na relação constante deste Contrato.



## **CLÁUSULA QUINTA - DO CONTROLE E SEGURANÇA DO SISTEMA**

- 5.1 A **CONTRATADA** deve adotar sistema de segurança que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pelo **CONTRATANTE**, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos.
- 5.2 Deverão ser atendidas as seguintes garantias e exigências mínimas.
- 5.2.1 O uso do cartão para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;
- 5.2.2 O **CONTRATANTE** poderá solicitar ao **CONTRATADO**, o bloqueio do cartão de veículo/usuário, que deverá ser feito on-line a partir da base operacional, sede Brasília;
- 5.2.3 Sempre que houver necessidade deverá ser possível a troca/validação da senha do usuário;
- 5.2.4 O cancelamento do cartão somente poderá ser feito pelo Serviço de Atividades Auxiliares - SEATA, por servidor designado pelo Gestor do Contrato ou credenciado para esse fim;
- 5.2.5 As placas dos carros pertencentes ao **CONTRATANTE** serão cadastradas e vinculadas aos cartões magnéticos.
- 5.3 O sistema deverá permitir a autorização do abastecimento de combustíveis, junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede, por meio de cartão magnético.
- 5.4 A empresa **CONTRATADA** não será responsável por nenhum reembolso de valor decorrente do uso de cartão perdido, furtado ou roubado que não for bloqueado pelo **CONTRATANTE**.

## **CLÁUSULA SEXTA - DOS EQUIPAMENTOS E SOFTWARES**

- 6.1 A **CONTRATADA** disponibilizará ao **CONTRATANTE**, para utilização durante o prazo da vigência contratual, os equipamentos e softwares necessários à prestação dos serviços, devendo apresentar listagem contendo sua identificação e numeração.
- 6.2 Disponibilizar software de gerenciamento integrado, disponibilizando relatórios gerenciais de controle da situação (histórico de quilometragem, etc.) e das despesas de abastecimento de combustível de cada um dos veículos da frota.
- 6.3 O sistema deverá consolidar os dados, permitindo a concentração dos mesmos e a emissão de relatórios nas bases de gerenciamento, localizadas onde o **CONTRATANTE** indicar.
- 6.4 O sistema deverá permitir a informatização dos dados de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do portador do cartão e respectiva Unidade Organizacional, datas e horários, além do tipo de combustível.
- 6.5 A **CONTRATADA** deverá promover a instalação de Bases de Gerenciamento, em locais determinados pelo **CONTRATANTE**, onde a **CONTRATADA** instalará os softwares de gerenciamento da frota do sistema, permitindo o acesso on-line a todos os dados relativos aos veículos e emissão, a qualquer momento, de relatórios gerenciais.
- 6.6 Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a

responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da **CONTRATADA**, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender o **CONTRATANTE** em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

- 6.7 A utilização dos equipamentos será precedida de treinamento específico e obedecerá aos manuais e procedimentos que os acompanharem, sendo de responsabilidade da **CONTRATADA**, a manutenção e/ou substituição dos equipamentos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços.
- 6.8 Oferecer treinamento para Gestores e Usuários do **CONTRATANTE**, visando o gerenciamento de todo o sistema nos softwares utilizados pela **CONTRATADA**.
- 6.9 Os equipamentos e softwares fornecidos pela **CONTRATADA** deverão ser submetidos e aprovados pela Seção de Transportes, responsável pelo gerenciamento do Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CARTÕES MAGNÉTICOS**

- 7.1 Disponibilizar cartão magnético para cada veículo descrito na Cláusula Quarta deste contrato, que deverá ser individual e intransferível.
- 7.2 Adotar sistema de segurança que vincule o cartão ao veículo, de forma que impeça o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pelo **CONTRATANTE**, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos, veículos e condutores.
- 7.3 Disponibilizar senhas individuais para os servidores que serão indicados pelo **CONTRATANTE**.
- 7.4 O uso indevido do cartão magnético do veículo, não autorizado, cancelado ou bloqueado pela base operacional, se constatado, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela **CONTRATADA**.
- 7.5 A **CONTRATADA** disponibilizará cartões magnéticos individuais para identificação dos veículos e realização dos abastecimentos na rede credenciada, sem ônus ao **CONTRATANTE** no primeiro fornecimento.
- 7.6 Os cartões magnéticos poderão ser substituídos pela **CONTRATADA**, individualmente, sem ônus adicional ao **CONTRATANTE**, quando ocorrer um dos seguintes eventos:
  - a) Extravio do cartão magnético, pela primeira vez, por parte do usuário;
  - b) Danificação do cartão magnético pela primeira vez, por parte do usuário;
  - c) Quando ocorrer o desgaste natural ou se verificar a necessidade técnica de substituição do cartão magnético.
- 7.7 A **CONTRATADA** deverá apresentar o preço unitário de emissão do cartão magnético, no caso descrito no subitem 9.11 da Cláusula Nona deste Contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS**

- 8.1 O fornecimento dos combustíveis será imediatamente a partir da assinatura.
- 8.2 Fornecer cartões magnéticos para toda a frota de veículos, conforme Cláusula Quarta deste Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.
- 8.3 A implantação do sistema de gerenciamento do abastecimento dos veículos, deverá ocorrer em no máximo até 10 (dez) dias após assinatura do Contrato, incluindo a instalação de todos os equipamentos e insumos necessários à operação do sistema, o

credenciamento dos postos indicados pelo **CONTRATANTE**, bem como o credenciamento e treinamento dos gestores e condutores.

- 8.4 O prazo para atendimento e solução de problemas de assistência técnica pela **CONTRATADA**, não poderá ser superior a 04 (quatro) horas, em dias úteis, considerando o horário comercial de 8:00 às 18:00 horas, devendo apresentar justificativa e solicitação de prorrogação deste prazo por escrito quando for o caso.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 9.1 Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa efetuar a entrega dos produtos dentro das normas estabelecidas no Contrato;
- 9.2 Prestar à **CONTRATADA** todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços;
- 9.3 Devolver à **CONTRATADA** ao final do período de vigência do presente Contrato, todos os materiais envolvidos na presente contratação, cedidos ao **CONTRATANTE**, no estado em que se encontrarem;
- 9.4 Designar servidores do **CONTRATANTE** para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 9.5 Fornecer a relação dos veículos pertencentes ou a serviço do **CONTRATANTE**, autorizados para utilizar os serviços.
- 9.6 Solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com o objeto contratado.
- 9.7 Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 9.8 O uso do cartão magnético para qualquer operação somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário.
- 9.9 O bloqueio do uso do cartão de veículo deverá ser on-line a partir de cada base operacional;
- 9.10 O cancelamento do cartão somente poderá ser feito pela unidade responsável pelo gerenciamento dos serviços do **CONTRATANTE**.
- 9.11 A reincidência de qualquer um dos eventos descritos no subitem 7.6 da Cláusula Nona, acarretará em ônus da reposição do cartão magnético ao **CONTRATANTE**, que repassará o custo de reposição ao condutor usuário do cartão, caso seja comprovada a má utilização.
- 9.12 Efetuar o pagamento pelo fornecimento dos produtos, na forma convencionada no Contrato, à vista das Notas Fiscais/Faturas discriminativas correspondentes às quantidades efetivamente entregues, desde que atendidas as formalidades previstas.
- 9.13 Requisitar, a seu critério, análise dos produtos objetos do contrato, nos termos do artigo 8º da Resolução ANP n.º 9, de 07 de março de 2007.
- 9.14 Constatada qualquer infração às normas relativas à indústria do petróleo, ao abastecimento nacional de combustíveis, ao Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e ao Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, o **CONTRATANTE** deverá dirigir representação à ANP, para efeito do exercício do seu poder de polícia (Art. 14 da Lei n.º 9.847/99).

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1 Garantir de que todo combustível registrado pela bomba foi realmente abastecido no veículo indicado.
- 10.2 Garantir que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota do **CONTRATANTE**.
- 10.3 Garantir que os veículos cadastrados só sejam abastecidos com o combustível para o qual está autorizado.
- 10.4 O sistema de gerenciamento eletrônico deverá ser fornecido com interface que permita total compatibilidade com os sistemas operacionais desta Instituição, para permitir a importação de dados.
- 10.5 Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao **CONTRATANTE**, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses.
- 10.6 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 10.7 Custear todos os treinamentos dos responsáveis pela base de gerenciamento no que se refere à utilização dos sistemas de controle e planejamento do sistema;
- 10.8 A **CONTRATADA** poderá subcontratar empresas especializadas, indicadas em sua proposta de preços, para execução dos serviços de instalação dos softwares, não se eximindo, contudo, de suas responsabilidades.
- 10.9 Relatar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
- 10.10 Disponibilizar ao **CONTRATANTE** pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos.
- 10.11 Fornecer suporte técnico para o sistema.
- 10.12 Fornecer manual de utilização do sistema de gerenciamento e de consolidação de dados em língua portuguesa.
- 10.13 Treinar e capacitar 2 (dois) servidores indicados pelo **CONTRATANTE**, a utilizar todos os recursos do sistema;
- 10.14 Disponibilizar ao **CONTRATANTE**, ao término do Contrato, todos os dados compilados, em meio eletrônico, relativo ao período contratado;
- 10.15 Executar fielmente o objeto contratado e cumprir todas as orientações do Ministério das Comunicações para o fiel desempenho do fornecimento nas datas requeridas, observando, sempre, os critérios de qualidade e quantidade dos produtos a serem entregues, de acordo com as necessidades deste Ministério.
- 10.16 Fornecer somente combustíveis que se enquadrem nas especificações da ANP- Agência Nacional de Petróleo ou do Órgão Federal responsável. Caso os produtos não ofereçam as qualidades dos Órgãos Fiscalizadores, serão rejeitados, arcando a empresa com o ônus do fato.

- 10.17 Executar o fornecimento por intermédio de empregados especializados, estando ciente das normas técnicas de segurança que regem o manejo dos equipamentos no fornecimento de combustíveis.
- 10.18 Observar e adotar todas as normas de segurança e prevenção contra incêndios, e recomendações das leis vigentes, no momento da transferência do combustível das bombas para o tanque dos veículos.
- 10.19 Arcar com qualquer prejuízo causado aos veículos do Ministério das Comunicações ou a terceiros por seus empregados ou preposto, decorrentes do fornecimento dos produtos por culpa ou dolo, indenizando os danos motivados.
- 10.20 Em caso de falta dos combustíveis contratados, fica a empresa obrigada a fornecer, nas mesmas condições, combustíveis de qualidade superior.
- 10.21 Indicar “Preposto”, aceito pelo **CONTRATANTE**, que será legítimo representante da **CONTRATADA**, responsável pela execução do contrato, com a missão de garantir o bom andamento do mesmo com a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento do contrato pelo **CONTRATANTE** (Fiscal do Contrato) que tomará as providências pertinentes para que sejam corrigidos todos os problemas detectados;
- 10.22 Realizar análise dos combustíveis objetos deste contrato sempre que solicitada pelo **CONTRATANTE**. Para isso, a **CONTRATADA** deverá manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP n.º 9, de 07 de março de 2007, artigo 8º).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

- 11.1 O Contrato decorrente da licitação vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

- 12.1 A fiscalização do Contrato será exercida por representante do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCAL, devidamente credenciado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, dando ciência de tudo à **CONTRATADA**, e ainda deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada sua fiel e correta execução, para fins de pagamento, (Art. 67 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).
- 12.2 A fiscalização que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações).
- 12.3 O **CONTRATANTE** comunicará à empresa, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA**

- 13.1 A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta de Créditos Orçamentários consignados no Orçamento Geral da União para 2013, a cargo do **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho nº \*\*\*\*\* Elemento de Despesa nº \*\*\*\*\* , Fonte de Recursos nº \*\*\*\*\*.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

14.1 Para atender às despesas do presente Contrato foi emitida a Nota de Empenho nº \*\*\*\*\*, datada de \*\*\*/\*\*/\*\*\*\*\* no valor de R\$ \*\*\*\*\* (\*\*\*\*\*), sem prejuízo da emissão de reforços ou anulações em razão da disponibilidade orçamentária ou em decorrência de alterações no Programa de Trabalho ou, ainda, novas determinações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO VALOR

15.1 O valor total estimado deste contrato é de R\$ \*\*\*\*\* (\*\*\*\*\*), conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MENSAL (litro)	VALOR UNITÁRIO (por litro)	VALOR MENSAL
01	Gasolina Comum	Litro	1400		
02	Álcool Hidratado	Litro	380		
03	Óleo Diesel	Litro	55		
04	Óleo Diesel S50 e S10	Litro	100		
VALOR MENSAL: R\$					
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: % ( ) por cento sobre o faturamento mensal.					
VALOR DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$					
VALOR TOTAL MENSAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ (Soma do valor mensal dos combustíveis + o valor correspondente a taxa de Administração)					
VALOR TOTAL ANUAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ (R\$..... ) (Soma do valor mensal dos combustíveis + o valor correspondente a taxa de Administração)					

15.2 A estimativa acima não configura responsabilidade do CONTRATANTE em contratá-la, pois a efetiva contratação será em função da necessidade, que poderá ser reduzida ou aumentada, não estando este adstrito a qualquer consumo ou cota mínima, sendo mera estimativa de consumo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em duas vias, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da **CONTRATADA**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, contados da data de aceitação e atesto dos serviços realizados pelo setor competente do **CONTRATANTE**.

16.2 O primeiro faturamento, para fins de ajuste, deverá corresponder aos dias do mês de assinatura do Contrato, e os seguintes deverão ser faturados considerando o mês integral.

16.3 Para efeitos de conferência e posterior ateste da fatura, a **CONTRATADA** deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato, obrigatoriamente, com a fatura, as seguintes comprovações:

- Planilha mensal de faturamento, contendo: tipo de combustível, quantidade de combustível, valor do litro, valor total, data do abastecimento, nome do motorista, n.º do cartão, etc;
- Relatório do Sistema de abastecimento;

c) Comprovante de cada abastecimento.

- 16.4 O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelo fornecimento do combustível, o valor correspondente à quantidade de litros abastecidos, conforme o preço do dia do abastecimento, seja promocional ou não, considerando os descontos ofertados caso aplicáveis.
- 16.5 Para a realização do pagamento, será observado o fiel cumprimento dos fornecimentos nas condições contratadas, comparando-se os dados contidos na Nota Fiscal/Fatura com os registrados no Sistema.
- 16.6 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 16.7 Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a **CONTRATADA**:
- a) Não produziu os resultados acordados;
  - b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.8 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, será devolvida à **CONTRATADA** pelo Fiscal do Contrato e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.
- 16.9 Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o fornecimento objeto do Contrato.
- 16.10 Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 16.11 Será procedida consulta “ON LINE” ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado ao Contratado, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a empresa deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.
- 16.12 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Ministério das Comunicações em favor do Contratado. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 16.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e

o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = 0,00016438$$

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa  
anual = 6%.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 8.666, de 1993 e da Lei n.º 10.520, de 2002, a **CONTRATADA** que:

17.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.3 Fraudar na execução do contrato;

17.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.5 Cometer fraude fiscal;

17.1.6 Não mantiver a proposta;

17.2 A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o **CONTRATANTE**;

b) Multa compensatória e moratória, na forma a seguir especificada:

b1) A multa por atraso na entrega dos materiais/serviços, por culpa da **CONTRATADA**, será representada por percentual do valor contratado, não excedendo a 10% (dez por cento) do referido valor e será calculada pela seguinte fórmula:

**$M = 0,1 \cdot A \cdot F$** , onde:

M = percentual representativo da multa

A = atraso em dias corridos

F = fator relativo à importância e criticidade de prazos de fornecimento:

F=1 – baixa criticidade



F=2 – média criticidade

F=3 – alta criticidade

**Nota:** Para esta contratação o fator de criticidade a ser considerado será: alta criticidade (f=3).

b.2) Pelo não cumprimento de qualquer condição pactuada no contrato e não abrangida pela alínea anterior, 2% (dois por cento) do valor total do contrato para cada evento;

- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a União com consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao **CONTRATANTE** pelos prejuízos causados.

17.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.4 As multas poderão ser descontadas dos pagamentos por ventura ainda devida à contratada ou recolhidas diretamente à conta corrente do Ministério das Comunicações, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da notificação do ato de punição ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, nos termos do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93.

17.5 As penalidades aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, ficando o total das multas limitado a 10% (dez por cento) do valor total contratado.

17.6 As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas, em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do **CONTRATANTE**, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a **CONTRATADA** tomar ciência.

17.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

17.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao **CONTRATANTE**, observando o princípio da proporcionalidade.

17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

18.1 Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93, ficando a **CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO**

19.1 Constituem motivos para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão no cumprimento do contrato, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço no prazo estipulado;
- d) O atraso injustificado na prestação do serviço;
- e) A paralisação na prestação do serviço, sem justa causa ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante do **CONTRATANTE** designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A instauração de insolvência civil ou a decretação de falência;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução deste contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa do **CONTRATANTE**, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;
- m) A supressão, por parte do **CONTRATANTE**, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato, além do limite de 25% (vinte e cinco por cento);
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações, pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o

direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

- o) O atraso, superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- p) A não liberação, por parte do **CONTRATANTE**, de área ou local para o fornecimento do bem adquirido;
- q) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato;
- r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos especificados nas alíneas "a" a "l" e "q" do subitem 19.1 desta Cláusula;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

19.3 A rescisão do contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 79 e 80 da Lei 8666/93.

19.4 Conforme o disposto no inciso IX do artigo 55 da Lei n.º 8.666/93, a **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 do referido diploma legal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

20.1 A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

21.1 O **CONTRATANTE** providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato deste Contrato no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

22.1 Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, é competente o Foro da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal.

22.2 Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e avençados, é lavrado o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e valia, assinadas pelas partes e 02 (duas) testemunhas.

Brasília/DF,                      de                      de 2013.

**Pelo CONTRATANTE**

**Pela CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

---

**NOME:**

**CPF :**

---

**NOME:**

**CPF :**